



Exmo. Senhor
Eng.º Nuno Araújo
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário
de Estado dos Assuntos Parlamentares
Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA
Ofício 2768

SUA COMUNICAÇÃO DE
01-08-2016

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

ASSUNTO: Pergunta n.º 2945/XIII/1.ª, de 1 de agosto de 2016
«Reversão dos transportes públicos»

caro Nuno Araújo,

Na sequência do ofício acima identificado e em resposta à pergunta n.º 2945/XIII/1.ª, de 1 de agosto de 2016, formulada pelos senhores deputados Hélder Amaral, Pedro Mota Soares e Patrícia Fonseca, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente de transmitir o seguinte:

O diploma em causa é da iniciativa da Assembleia da República, cabendo a esta avaliar o veto de Sua Excelência o Presidente da República e adaptar o diploma, se tal for entendido como adequado.

A aposta do Governo na descentralização de competências na área dos transportes é inequívoca, e por essa razão mantém-se empenhado na capacitação das autoridades de transporte, em particular a nível regional.

No caso concreto da Área Metropolitana do Porto (AMP), a colaboração com os municípios é franca e plena. O Governo assegurou, ainda, os mecanismos de financiamento da AMP enquanto Autoridade de Transporte, quer ao nível do regime transitório, quer ao nível da concretização do Fundo para o Serviço Público de Transportes, cujos fundos ficaram previstos na proposta de LOE2017.

Ao nível da colaboração técnica, o IMT - Instituto da Mobilidade e dos Transportes tem dado o suporte que se entendeu como adequado, existindo plena articulação entre os envolvidos.

Sublinha-se que, até 2019, competia às autoridades de transporte contratualizar as redes de transporte público, ao abrigo do regulamento europeu 1370/2007, num exercício claro de abertura do mercado, promovendo a concorrência e o investimento privado, investimento esse que poderá, aliás, ser alavancado nos instrumentos de renovação de frotas promovidos pelo Governo.



Quanto à realidade da STCP, que não deve ser confundida com a realidade do transporte público da AMP, nem tão pouco com a realidade do transporte público em Portugal, destacamos o ambiente de franca cooperação com os municípios na definição do novo modelo de gestão municipalizada, modelo esse que conta com o envolvimento pleno dos autarcas.

Creemos que, mais do que posições do Governo sobre esta matéria, contam as declarações dos Senhores Autarcas no momento de assinatura do Memorando de Entendimento sobre o novo modelo de gestão da STCP, em junho de 2016. A concordância e o empenho manifestados distancia-se, em muito, das críticas efetuadas ao anterior modelo de subconcessão, que além de irregular cristalizava de forma inaceitável a rede do operador STCP, pondo em causa a capacidade de intervenção dos municípios na rede daquele operador.

Com os melhores cumprimentos,

também penoais

A Chefe do Gabinete

Ana Cisa

CG/VR